



2010

Relatório Anual

PLANO CENIBRA

CNPB 2000008283

Mensagem da Diretoria

A Valia encerrou 2010 com diversos motivos para comemorar. Não só o bom desempenho financeiro da Fundação, que fechou o ano acumulando um retorno de 18,30% nos seus investimentos, superando com folga a meta atuarial, de 12,85%; mas também o índice de aprovação de 91% apurado na Pesquisa de Satisfação realizada com uma amostra de nossos participantes.

Após um ano de intenso crescimento na economia brasileira e melhora no cenário exterior, os resultados alcançados pela Valia demonstram que as diretrizes traçadas em sua Política de Investimentos estavam na direção correta. Isso reforça o nosso compromisso em traçar estratégias condizentes com a realidade, contribuindo para uma administração mais eficaz dos recursos. O comprometimento também pode ser medido pela evolução do patrimônio

líquido, que encerrou 2010 com R\$ 13,63 bilhões, ante R\$ 11,93 bilhões em 2009.

Outro momento que merece ser destacado foi a adesão de seis novos patrocinadores, totalizando 38. Isso significa um maior engajamento das empresas em oferecer aos seus empregados a possibilidade de criar uma poupança previdenciária, reforçando a importância de ter uma reserva financeira que lhe proporcione tranquilidade no momento de sua aposentadoria.

Sempre com a prioridade em administrar os planos de benefícios com qualidade, visando oferecer a segurança necessária aos participantes, a Fundação apresenta o resultado de mais um ano de trabalho. Os dados revelam uma gestão que prima pela transparência dos recursos, sendo parte dos nossos valores organizacionais.

A Diretoria.

Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia

Relatório dos auditores independentes e Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia ("Entidade" ou "Valia"), que compreendem o ba-

lanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência

Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

lidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis conso-

lidades, independentemente se causada por fraude ou erro. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia em 31 de dezembro de 2010, e o desem-

penho consolidado de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referidas, no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Comple-

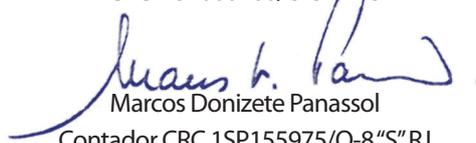
mentar – CGPC e alterada pela Resolução nº1 do Conselho Nacional da Previdência Complementar em 3 de março de 2011.

O exame das demonstrações contábeis da Entidade relativas ao exercício, findo em 31 de dezembro de 2009 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer, com data de 28 de janeiro de 2010, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2010	2009	Passivo	2010	2009
Disponível	2.697	2.484	Exigível operacional		
Realizável			Gestão previdencial	9.742	1.772
Gestão previdencial	38.532	18.969	Gestão administrativa	8.912	9.448
Gestão administrativa	14.542	22.756	Investimentos	1.241	6.302
Investimentos				19.895	17.522
Títulos públicos	3.455.050	2.860.868	Exigível contingencial		
Créditos privados e depósitos	965.120	689.259	Gestão previdencial	518.535	411.232
Ações	2.711.088	2.410.023	Gestão administrativa	372	266
Fundos de investimento	5.240.634	4.992.980	Investimentos	2.326	2.234
Investimentos imobiliários	500.024	405.796		521.233	413.732
Empréstimos	499.763	375.734	Patrimônio social	13.086.727	11.494.856
Financiamentos imobiliários	69.640	136.503	Patrimônio para cobertura do plano	11.328.795	9.570.749
Outros realizáveis	119.717		Provisões matemáticas		
	13.614.110	11.912.888	Benefícios concedidos	6.784.455	6.069.615
Permanente			Benefícios a conceder	1.565.140	1.298.196
Imobilizado	1.323	1.224		8.349.595	7.367.811
Intangível	9.725	9.514	Equilíbrio técnico		
Diferido			Resultados realizados		
	11.048	10.738	Superávit técnico acumulado	2.979.200	2.202.938
			Reserva de contingência	1.572.121	1.415.490
			Reserva para revisão do Plano	1.407.079	787.448
				2.979.200	2.202.938
			Fundos		
			Fundos previdenciais	1.612.022	1.802.846
			Fundos administrativos	145.910	114.624
			Fundos dos investimentos		6.637
				1.757.932	1.924.107
Total do ativo	13.627.855	11.926.110	Total do passivo	13.627.855	11.926.110

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	Varição - %
1. Ativos	16.586	14.318	15,84
Recebível	686	1	68.500,00
Investimentos	15.900	14.317	11,06
Créditos privados e depósitos	2.615	1.354	93,13
Fundos de investimento	13.285	12.963	2,48
2. Obrigações	18	9	100,00
Operacional	18	9	100,00
3. Fundos não previdenciais	686	635	8,03
Fundos administrativos	686	635	8,03
4. Resultados a realizar			
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	15.882	13.674	16,15
Provisões matemáticas	10.270	9.361	9,71
Superávit técnico	2.547	1.422	79,11
Fundos previdenciais	3.065	2.891	6,02

Demonstração das Mutações dos Ativos Líquidos Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	Variação - %
A) Ativo líquido - início do exercício	<u>11.373.595</u>	<u>9.585.961</u>	<u>18,65</u>
1. Adições	<u>2.655.531</u>	<u>2.804.182</u>	<u>(5,30)</u>
Contribuições previdenciais	396.970	344.231	15,32
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	2.182.911	2.401.459	(9,10)
Receitas administrativas	64.152	44.733	43,41
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	11.498	13.759	(16,43)
2. Destinações	<u>(1.088.309)</u>	<u>(1.016.548)</u>	<u>7,06</u>
Benefícios	(811.250)	(671.330)	20,84
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(88.512)	(58.508)	51,28
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(112.897)	(228.218)	(50,53)
Despesas administrativas	(42.165)	(34.536)	22,09
Resultado negativo dos investimentos - Gestão administrativa	(2.082)	(159)	1.209,43
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(117)	(231)	(49,35)
Constituição de fundos - Gestão administrativa	(31.286)	(23.566)	32,76
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	<u>1.567.222</u>	<u>1.787.634</u>	<u>(12,33)</u>
Provisões matemáticas	981.784	515.187	90,57
Superávit técnico do exercício	776.262	1.006.597	(22,88)
Fundos previdenciais	(190.824)	265.850	(171,78)
4. Operações transitórias			
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	<u>12.940.817</u>	<u>11.373.595</u>	<u>13,78</u>
C) Fundos não previdenciais	<u>145.910</u>	<u>121.261</u>	<u>20,33</u>
Fundos administrativos	145.910	114.624	27,29
Fundos dos investimentos		6.637	(100,00)

Demonstrações das Obrigações Atuariais no Plano de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	Varição - %
Patrimônio de cobertura do plano (1+2)	<u>12.817</u>	<u>10.783</u>	<u>18,86</u>
1. Provisões matemáticas	<u>10.270</u>	<u>9.361</u>	<u>9,71</u>
1.1 - Benefícios concedidos	<u>10.270</u>	<u>9.361</u>	<u>9,71</u>
Benefício definido	10.270	9.361	9,71
1.2 - Benefício a conceder			
2. Equilíbrio técnico	<u>2.547</u>	<u>1.422</u>	<u>79,11</u>
2.1 - Resultados realizados	<u>2.547</u>	<u>1.422</u>	<u>79,11</u>
Superávit técnico acumulado	2.547	1.422	79,11
Reserva de contingência	2.547	1.422	79,11

Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	Variação %
A) Ativo líquido - início do exercício	<u>13.674</u>	<u>13.035</u>	<u>4,90</u>
1. Adições	<u>2.923</u>	<u>1.340</u>	<u>118,13</u>
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	2.923	1.340	118,13
2. Destinações	<u>(715)</u>	<u>(701)</u>	<u>2,00</u>
Benefícios	(715)	(701)	2,00
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	<u>2.208</u>	<u>639</u>	<u>245,54</u>
Provisões matemáticas	909	(315)	(388,57)
Superávit técnico do exercício	1.125	1.067	5,44
Fundos previdenciais	174	(113)	(253,98)
4. Operações transitórias			
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	<u>15.882</u>	<u>13.674</u>	<u>16,15</u>
C) Fundos não previdenciais	<u>686</u>	<u>635</u>	<u>8,03</u>
Fundos administrativos	686	635	8,03

Demonstração dos Planos de Gestão Administrativa Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	Variação - %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	<u>114.624</u>	<u>91.058</u>	<u>25,88</u>
1. Custeio da gestão administrativa	<u>75.650</u>	<u>58.492</u>	<u>29,33</u>
1.1 - Receitas	<u>75.650</u>	<u>58.492</u>	<u>29,33</u>
Custeio administrativo da gestão previdencial	36.797	32.867	11,96
Custeio administrativo dos investimentos	21.768	11.866	83,45
Taxa de administração dos empréstimos e financiamentos	5.574		
Resultado positivo dos investimentos	11.498	13.759	(16,43)
Outras receitas	13		
2. Despesas administrativas	<u>42.282</u>	<u>34.767</u>	<u>21,62</u>
2.1 - Administração previdencial	<u>28.102</u>	<u>22.887</u>	<u>22,79</u>
Pessoal e encargos	11.621	9.781	18,81
Treinamentos/congressos e seminários	245	103	137,86
Viagens e estadias	629	135	365,93
Serviços de terceiros	6.941	6.354	9,24
Despesas gerais	6.989	4.658	50,04
Depreciações e amortizações	1.529	1.623	(5,79)
Contingências	117	231	(49,35)
Outras despesas	31	2	1.450,00
2.2 - Administração dos investimentos	<u>14.180</u>	<u>11.880</u>	<u>19,36</u>
Pessoal e encargos	7.842	6.835	14,73
Treinamentos/congressos e seminários		1	(100,00)
Viagens e estadias	144	29	396,55
Serviços de terceiros	1.770	2.100	(15,71)
Despesas gerais	4.424	2.915	51,77
3. Resultado negativo dos investimentos	<u>2.082</u>	<u>159</u>	<u>1.209,43</u>
4. Suficiência da gestão administrativa (1-2-3)	<u>31.286</u>	<u>23.566</u>	<u>32,76</u>
5. Constituição do fundo administrativo (4)	<u>31.286</u>	<u>23.566</u>	<u>32,76</u>
6. Operações transitórias			
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	<u>145.910</u>	<u>114.624</u>	<u>27,29</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA ("Valia", "Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Companhia Vale do Rio Doce ("Vale") em 2 de abril de 1973, é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, multipatrocinada, com múltiplos planos, constituída para funcionar por prazo indeterminado.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal con-

ceder benefícios suplementares, ou assemelhados aos da Previdência Oficial, a que têm direito os participantes e respectivos beneficiários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para fazer face aos seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos e dos rendimentos resultantes do investimento desses recursos. Os planos administrados pela Fundação e seus patrocinadores são os seguintes:

Plano de Benefício Definido ("Plano BD")

- Vale S.A. (*);
- Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA;
- LOG-IN Logística Intermodal S.A. (**);
- Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social - FVRD;
- Florestas Rio Doce S.A.;
- Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO;
- Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO;
- Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS;
- Minas da Serra Geral S.A.; e
- Celulose Nipo-Brasileira - CENIBRA S.A.

Plano de Previdência - Cenibra

- CENIBRA - Celulose Nipo-Brasileira S.A.

Plano de Benefícios - FCA

- Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Plano de Benefícios - VALE MAIS

- Vale S.A. (*);
- Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA;
- LOG-IN Logística Intermodal S.A. (**);
- Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social - FVRD;
- Florestas Rio Doce S.A.;
- Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO;
- Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO;
- Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS;
- Minas da Serra Geral S.A.;
- Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA;
- CADAM S.A. ;
- Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR;
- Ferrovia Norte e Sul S.A.;
- Mineração Paragominas;
- Salobo Metais S.A.;
- Vale Florestar S.A.;
- Vale Óleo e Gás S.A.; e
- Vale Soluções em Energia S.A. - VSE.

Plano de Benefícios - VALIAPREV

- Pará Pigmentos S.A.;
- Nova Era Silicon S.A.;
- Urucum Mineração S.A.;
- Companhia Paulista de Ferroligas;
- Vale Manganês S.A.;
- Samarco Mineração S.A.;
- Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da CVRD - PASA;
- Valesul Alumínio S.A.;
- Cia. Portuária Baía de Sepetiba;
- Terminal de Vila Velha S.A. - TVV;
- Kaserge Serviços Gerais S.A. - KSG;
- Serviços de Operação, Manutenção e Montagem Ltda. - MSE;
- Cia. Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBASCO;
- Instituto Ambiental Vale;
- Vale S.A. (*);
- Conselho Empresarial Brasil China - CEBC;
- Bozel Mineração S.A.;
- Albrás Alumínio Brasileiro S.A.;
- Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.;
- Mineração Corumbaense Reunida S.A.;
- Mineração Naque S.A. (**); e
- Valesul Alumínio S.A.

Observações:

(*) A Vale S.A. na qualidade de incorporadora das empresas: Rio Doce Geologia e Mineração S.A. - DOCEGEO; Caemi Mineração e Metalúrgica S.A.; Mineração Onça Puma Ltda. e Ferteco Mineração S.A.

(**) Log-in Logística Intermodal S.A. na qualidade de incorporadora da DCNDB Overseas e Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE.

(***) Mineração Naque S.A. na qualidade de incorporadora Sociedade Mineira de Mineração S.A.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Gestor da Previdência Complementar - CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução nº1 do Conselho

Nacional da Previdência Complementar em 3 de março de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela VALIA são apresentadas a seguir:

a) Resultado das operações

Segundo regulamentação vigente, o resultado é apurado em observância ao princípio de competência, no qual as receitas e as despesas são registradas independentemente da sua efetiva realização, com exceção da receita de contribuições de autopatrocinados, cuja escrituração é feita com base no regime de caixa.

b) Registros contábeis

Os registros contábeis são realizados separadamente, por plano

de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados.

c) Investimentos

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, quando a administração julga necessário é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrativos líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

Títulos públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

As operações com créditos privados, depósitos e fundos de investimentos, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- i. Títulos para negociação.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis,

para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa e renda variável estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base variações de mercado.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos são adotados os seguintes critérios:

Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fecha-

mento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados nos laudos de reavaliação. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa anual de 2% para os prédios e 10% para as insta-

lações ou de acordo com o prazo de vida útil remanescente estabelecido no laudo de reavaliação. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de receitas de investimentos imobiliários, na gestão de investimentos.

Empréstimos e financiamentos

Os Empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As taxas aplicadas foram deter-

minadas por normas internas, atendendo o mínimo previsto no artigo 38, da Resolução BACEN nº 3.846, de 24 de setembro de 2009 alterada pela Resolução BACEN nº 3.846, de 25 de março de 2010.

d) Permanente

O ativo permanente contempla os registros do Imobilizado e Intangível, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações, ambos corrigidos monetariamente até dezembro de 1995, quando deixou de existir a correção monetária. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil dos bens, conforme taxas definidas na legislação em vigor.

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009, foi relocado no ativo intangível.

e) Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerada provável, de acordo com informações

obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza e atualizado até a data do balanço.

f) Patrimônio Social

Patrimônio de cobertura do plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas pelos atuários externos e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do Plano BD representam o valor atual dos compromissos líquidos futuros com o pagamento dos benefícios aos participantes já assistidos e seus beneficiários.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos dos demais planos estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos líquidos futuros com o pagamento dos benefícios aos participantes já assistidos em renda mensal vitalícia e seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta de saque programado para os participantes assistidos com benefício nesta modalidade.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

Nos demais planos, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam os saldos das contas totais dos participantes, ainda não assistidos, acrescidos do total do saldo de conta de contribuições destinadas ao financiamento do saldo de conta projetado para os casos de incapacidade ou morte em atividade ou, ainda, do resíduo do saldo de conta que estiver sendo pago na forma de resgate parcelado.

No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais. Até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas, tal valor é registrado como "reserva de contingência".

Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo previdencial - Os saldos apresentados no balanço de 2010 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Fundo Valesul; Fundo Cenibra e Fundo de distribuição de superávit calculados pelos atuários, no valor de R\$ 1.612.022 (R\$ 1.802.846 em 2009).

Fundo administrativo - Este fundo é constituído em função do resultado positivo obtido por meio da apuração de receitas e despesas da Gestão Administrativa. Este fundo tem por finalidade garantir a manutenção da estrutura administrativa.

Fundo de investimento - Foi constituído para fazer face à possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos). O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente.

g) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

h) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4. Demonstrativo da carteira de investimentos

Os ativos de investimento dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa em 31 de dezembro estão assim representados:

Descrição	2010	2009
Renda fixa		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	3.455.050	2.860.868
Aplicações em instituições financeiras	501.063	415.403
Títulos de empresas	464.057	273.855
Fundos de investimentos	3.945.882	3.779.084
	<u>8.366.052</u>	<u>7.329.210</u>
Renda variável		
Mercado de ações à vista	2.666.401	2.330.226
Fundos de investimentos	1.024.957	1.033.339
	<u>3.691.358</u>	<u>3.363.565</u>
Investimentos estruturados		
Fundos de participação	236.705	147.795
Fundo Imobiliário	33.090	32.763
	<u>269.795</u>	<u>180.558</u>
Investimentos no exterior		
Ações	44.687	79.797
Investimentos imobiliários		
Em construções	112.091	44.607
Edificações	387.933	351.577
Direitos em alienações de investimentos imobiliários		9.612
	<u>500.024</u>	<u>405.796</u>
Operações com participantes		
Empréstimos	499.763	375.734
Financiamentos imobiliários	69.640	136.503
	<u>569.403</u>	<u>512.237</u>
Outros realizáveis		
OFND	119.717	
Total	<u>13.561.036</u>	<u>11.871.163</u>

4.1. Títulos e valores mobiliários classificados para negociação e vencimento

Em consonância com o artigo 8º da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002, demonstramos abaixo os títulos classificados nas categorias mantidos até o vencimento e os marcados a mercado, detalhados por tipo e prazo.

	Mantidos até o vencimento		Negociação
	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Investimentos			
Títulos Federais			
Notas do Tesouro Nacional-B	4.264.027	3.812.250	367.039
Notas do Tesouro Nacional -C	1.748.587	1.399.948	
Notas do Tesouro Nacional -F	216.141	215.290	92.387
Letras do Tesouro Nacional			43.377
Letras Financeiras do Tesouro	113.507	113.531	173.366
	<u>6.342.262</u>	<u>5.541.019</u>	<u>676.169</u>
Títulos privados			
Certificado de Depósito Bancário - CDB	192.953	185.905	466.370
Debêntures	875.612	859.628	21.599
Operações compromissadas	43.554	43.554	526.087
Fundo de Investimento em Direito Creditório			12.369
Letra Financeira Subordinada	54.996	50.025	
	<u>1.167.115</u>	<u>1.139.112</u>	<u>1.026.425</u>
	<u>7.509.377</u>	<u>6.680.131</u>	<u>1.702.594</u>
Por prazo de vencimento			
A vencer em 360 dias (2010)	279.398	278.145	869.804
A vencer entre 361 e 1.080 dias (2011/2012)	437.569	440.233	681.506
A vencer a partir de 1.081 dias (2013 em diante)	6.792.410	5.961.753	151.284
Total	<u>7.509.377</u>	<u>6.680.131</u>	<u>1.702.594</u>
			8.382.725
			(8.120)
			(8.412)
			(141)
			<u>8.366.052</u>

(i) Este título compõe a carteira do fundo exclusivo Rauta que contabilmente está classificado como de renda variável.

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA tem capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, estando assim em conformidade com o artigo 9º, da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002.

Em dezembro de 2010, houve reclassificação de títulos. Os seguintes títulos foram reclassificados de “vencimento” para “negociação”:

NTN-B 15/05/2045
Quantidade: 61.750
Data da compra: 15/04/2009
Taxa: 7,05%
Plano BD
Valor Atual: R\$ 132.341.357,53

NTN-F 01/01/2012
Quantidade: 45.000
Data da compra: 17/03/2008

Taxa: 13,06%
Plano BD
Valor Atual: R\$ 46.373.292,27

NTN-F 01/01/2012
Quantidade: 11.150
Data da compra: 11/10/2006
Taxa: 13,77%
Plano BD
Valor Atual: R\$ 11.490.271,31

As reclassificações supracitadas têm como objetivo prover liquidez ao plano BD para o pagamento do “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”, aprovado pela PREVIC em novembro de 2010.

Em atendimento ao artigo 2º da Resolução CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, as ações da Ferrovia Centro Atlântico - FCA, no montante de R\$ 133.151, têm seus valores baseados nos contratos das operações e as ações da GTD, no montante de R\$ 1.065, está registrada pelo valor patrimonial. Os referidos títulos estão registrados no gru-

po de renda variável. Essas ações não foram negociadas em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão organizado por período superior a seis meses.

As ações da Clep (Project Finance), registradas no grupo de renda variável, no montante de R\$ 17.107, foram negociadas em dezembro de 2009, através de contrato de exercício de opção de compra de ações. Esta operação gerou um contas a receber na Fundação, o qual a liquidação será em 5 anos através de pagamentos semestrais. Os rendimentos serão apropriados em conta de resultado mensalmente.

4.1.1. Outros realizáveis - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Refere-se ao valor a receber decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE pelo Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

O FND foi criado em julho de 1986, com o objetivo de prover recursos para a realização, pela União, de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O Fundo foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFND's, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por

empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas.

A ABRAPP obteve decisão transitada em julgado, em 24 de setembro de 2008, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Após esta decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para ação rescisória e, no final de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber, corrigidos monetariamente, para dar início a ação de execução.

Nesse contexto, a Valia contratou um perito para mensurar o valor atualizado da ação. O cálculo foi revisado e aprovado pela administração. Desta forma, a Entidade, apoiada pela avaliação de consultores jurídicos externos, efetuou o registro do valor a receber decorrente desse processo, em função de se tratar de uma ação com o mérito transitado em julgado e por ter uma mensuração confiável do valor atualizado da ação utilizando índices legais e disponíveis no mercado. Adicionalmente, até a presente data, a administração não identificou indícios que coloquem em dúvida a recuperação desse ativo.

5. Reavaliação dos imóveis

A Fundação procedeu à reavaliação da carteira imobiliária, em julho de 2010. A reavaliação foi realizada pela Analítica - Engenharia de Avaliações Ltda, cujo parecer foi emitido pelo engenheiro civil Paulo Roberto Furtado Junger - CREA 46.053-D-RJ. Foi adotado o método comparativo de dados de mercado, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Os aumentos nos resultados dos exercícios foram de R\$ 46.060 em 2010 (R\$ 44.837 - 2009), conforme detalhado a seguir:

Imóvel	Aumento no resultado do exercício	
	2010	2009
Imóveis de uso próprio	1.483	495
Imóvel locado às patrocinadoras	12.946	7.729
Locados a terceiros	31.631	36.613
	<u>46.060</u>	<u>44.837</u>

6. Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa

Em conformidade com o Item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Fundação constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para fazer face à eventual inadimplência da carteira de empréstimos e da carteira de investimentos imobiliários. No que tange a car-

teira de empréstimos, o valor da provisão é de R\$ 51.078 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 18.923 - 2009). Com relação à inadimplência referente aos aluguéis, e outros direitos a receber da carteira imobiliária, a provisão é de R\$ 12.468, em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 12.395 - 2009).

7. Realizável da gestão administrativa

Registra-se nessa rubrica os adiantamentos concedidos aos funcionários (13º salário, salários, férias) e outros, que serão regularizados futuramente.

8. Ativo permanente

A VALIA realizou o inventário físico dos bens do ativo permanente compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, em consonância com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

9. Custeio administrativo

A rubrica Custeio Administrativo na gestão previdencial e de investimentos representa os recursos transferidos a gestão administrativa para a cobertura dos custos administrativos daquelas gestões.

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são de-

bitadas aos Planos Previdenciais, em conformidade com o plano de custeio vigente.

O critério de rateio entre os planos de benefícios é feito tomando por base a massa de participantes de cada plano de benefício, em relação ao custo total das despesas administrativas.

No que tange ao rateio por gestão (Previdencial e Investimentos), este é realizado em função dos centros de custos específicos.

10. Exigível contingencial

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da entidade. A Valia adota como critério para o registro dessas contingências provisionar somente as ações consideradas, pelo advogado, como perda provável e com decisão judicial em segundo grau.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos conforme detalhamento a seguir.

Os processos de natureza previdencial são basicamente ações de ex-participantes, que estão pleiteando as diferenças decorrentes de atualização monetária de suas reservas de poupança e de participantes que estão pleiteando equivalência dos bene-

fícios ao salário mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como ganhos reais. Em 2010, houve um acréscimo de R\$ 113.000 na despesa.

Os processos de natureza administrativa referem-se a ações reclamationárias promovidas por ex-empregados da Fundação.

Quanto aos processos do programa de investimentos, estes são decorrentes de ações relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Intervivos (ITBI), movidos contra a prefeitura do Rio de Janeiro.

Segue abaixo a composição das contingências em 31 de dezembro:

	2010	2009
Programas		
Previdencial	518.535	411.232
Administrativo	372	266
Investimentos	2.326	2.234
	<u>521.233</u>	<u>413.732</u>

11. Exigível atuarial

As provisões matemáticas consignadas nos balanços de 2010 e 2009 referem-se à avaliação atuarial realizada pelos atuários independentes: VMC Consultoria Atuarial, Bhering - Consultoria e Proje-

tos Ltda. e Mercer Human Resource Consulting. Conforme parecer atuarial, as hipóteses e métodos utilizados na avaliação são apropriados e atende a Resolução CGPC nº 18 de 25 de março de 2005.

Benefício concedido

Em relação ao Plano BD, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões; e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

Em relação aos demais planos, correspondente a modalidade de renda mensal vitalícia é o valor atual dos encargos assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas iniciadas de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido. No caso de saque programado, a provisão matemática de benefícios concedidos é o saldo de conta total do participante.

Benefício a conceder

Em relação ao Plano BD, é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela Valia, em relação aos participantes que ainda não estejam em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões, e o valor atual das contribuições que por eles e pelos patrocinadores venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

No caso dos demais planos, refere-se ao saldo das contas previdenciárias dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, acrescido do total do

saldo da conta de contribuição destinada ao financiamento do saldo da conta projetado, para os casos de incapacidade ou morte em atividade e, ainda, do resíduo do saldo de conta que estiver sendo pago na forma de resgate parcelado.

A avaliação atuarial foi procedida com base nas hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o regulamento de cada plano.

Composição das reservas matemáticas (passivo atuarial) é:

	2010	2009
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	56.097	39.702
Benefício definido	6.728.358	6.029.913
	<u>6.784.455</u>	<u>6.069.615</u>
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	1.199.821	971.295
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) / instituidor(es)	484.107	391.444
Saldo de contas - parcela participantes	715.713	579.851
Benefício definido	365.320	326.901
	<u>1.565.140</u>	<u>1.298.196</u>
	<u>8.349.595</u>	<u>7.367.811</u>

Abaixo descrevemos as hipóteses utilizadas na avaliação de 2010.

Plano de Benefício Definido

Tábua de mortalidade - AT-83.
Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
Taxa de juros anual - 6% a.a.
Nível de inflação anual - 3% a.a.
Crescimento salarial - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.

Plano Vale Mais

Subplano benefício proporcional

Tábua de mortalidade - AT-83.
Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
Taxa de juros anual - 6% a.a.
Nível de inflação anual - 3% a.a. para os benefícios já concedidos.

Subplano risco

Tábua de mortalidade - AT-83.
Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
Taxa de juros anual - 6% a.a.
Nível de inflação anual - 3% a.a.
Rotatividade - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.
Crescimento salarial - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.

Subplano renda

Tábua de mortalidade - AT-83.
Taxa de juros anual - 6% a.a.
Nível de inflação anual - 3% a.a. para os benefícios vitalícios já concedidos.

Plano FCA

Subplano risco

Tábua de mortalidade - AT-83.
Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
Taxa de juros anual - 6% a.a.

Subplano renda

Tábua de mortalidade - AT-83.
Taxa de juros anual - 6% a.a.

Plano Valiaprev

Subplano risco

Tábua de mortalidade - AT-83.
Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
Taxa de juros anual - 6% a.a.

Subplano renda

Tábua de mortalidade - AT-83.
Taxa de juros anual - 6% a.a.

Plano CENIBRA

Tábua de mortalidade - AT-83, desagravada em 10 anos.
Taxa de juros anual - 6% a.a.

Em decorrência das premissas acima, o impacto no resultado da gestão previdencial - constituições/reversões de provisões atuariais estão demonstrados abaixo:

	Benefícios concedidos	Benefícios a conceder	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2009	5.694.069	1.158.555	6.852.624
Apropriação ao resultado	375.546	139.641	515.187
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.069.615	1.298.196	7.367.811
Apropriação ao resultado	714.840	266.944	981.784
Saldos em 31 de dezembro de 2010	6.784.455	1.565.140	8.349.595

12. Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo Previdencial - Os saldos apresentados no balanço de 2010 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Fundo Valesul; Fundo Cenibra e Fundo de distribuição de Superávit calculados pelos atuários, no valor de R\$ 1.612.022 (R\$ 1.802.846 em 2009).

Fundo Administrativo - Este fundo é constituído em função do resultado positivo obtido por meio da apuração de

receitas e despesas da Gestão Administrativa. Este fundo tem por finalidade garantir a manutenção da estrutura administrativa.

Fundo de Investimento - Foi constituído para fazer a possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos).

O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente.

As mutações estão demonstradas como segue:

	Gestão previdencial	Gestão administrativo	Gestão Investimentos	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2009	1.536.996	91.058	1.657	1.629.711
Formação de fundos	265.850	23.566	4.980	294.396
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.802.846	114.624	6.637	1.924.107
Formação/(reversão) de fundos	(190.824)	31.286	(6.637)	(166.175)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.612.022	145.910		1.757.932

13. Distribuição de superávit

Em março de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, considerando as adaptações ao disposto na Resolução CGPC nº 26/2008 e Instrução SPC nº 28/2008, que estabeleceram a permanência do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de cada ano. Este critério perdurará enquanto existirem recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

Após a publicação, em novembro de 2010, da aprovação regulamentar pela PREVIC, adicionalmente ao pagamento supracitado, no mês de junho de cada exercício, em caráter extraordinário e transitório, enquanto perdurar o "Fundo de Distribuição do Superávit", será pago um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)".

Após a aprovação desta alteração regulamentar pela PREVIC, foi pago na forma prevista, em uma única vez, um abono, denominado "abono extraordinário de distribuição de superávit (art. 20 da LC 109/2001)", calculado na forma e critérios previstos na denominação do "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)".

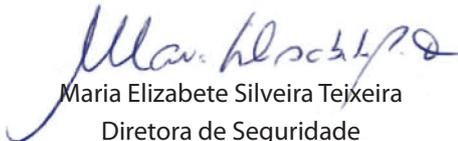
Na avaliação atuarial do exercício de 2010, realizada pelo consultor atuarial externo, também foi processado, para fins de análise, estudo atuarial utilizando as hipóteses mínimas estabelecidas no artigo 9 da Resolução CGPC nº 26/2008. Considerando essas premissas não há constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano, tendo por base o mês de julho de 2010 (data-base da avaliação atuarial). No entanto, a referida avaliação atuarial, projetada para dezembro de 2010, indica a possibilidade da Constituição de Reserva Especial de R\$ 450.000.



Maurício da Rocha Wanderley
Diretor de Investimentos e Finanças
C.P.F. 001.911.777-92



Eustáquio Coelho Lott
Diretor Superintendente
C.P.F. 042.004.896-00



Maria Elizabete Silveira Teixeira
Diretora de Seguridade
C.P.F. 860.851.237-87



Acácio Torres da Silva
Contador - CRC-RJ 094.554/O-1
C.P.F. 077.418.697-60

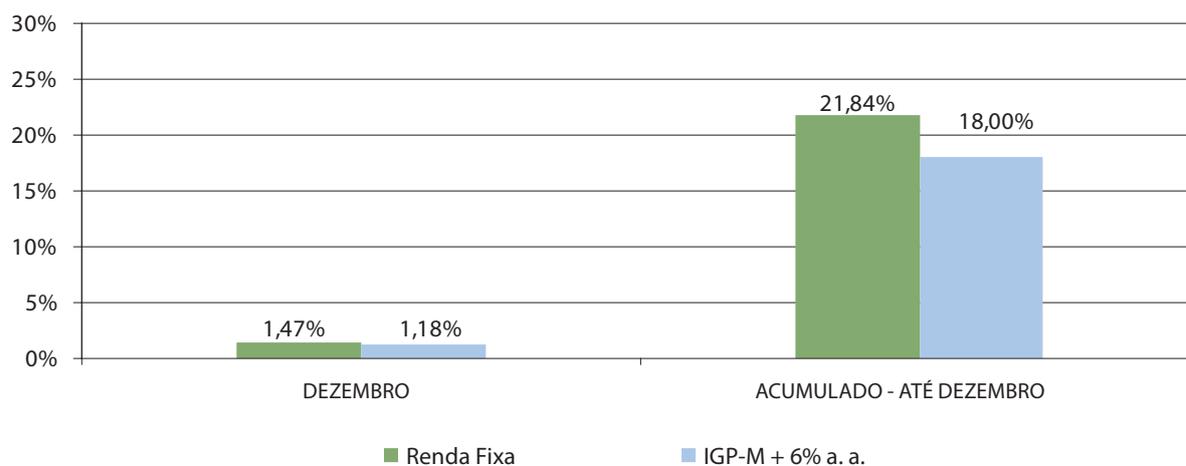
COMENTÁRIOS SOBRE RENTABILIDADE PLANO CENIBRA

A carteira apresentou rentabilidade consolidada de 21,84%, superando a meta atuarial medida pelo IGP-M + 6% de 18,00%. Em termos reais, ela correspondeu a uma rentabilidade de 9,45% acima do IGP-M que foi de 11,32% no ano.

Este plano possui somente investimentos no segmento de Renda Fixa. O resultado apresentado pode ser explicado pela alocação de quase 100% dos recur-

sos garantidores em títulos indexados a índices de preços, tendo em vista a estratégia de alongamento dos vencimentos dos títulos implementada ao longo dos últimos anos, o que garantiu cupons ainda bem confortáveis, se comparados a nossa meta atuarial real de 6% a. a.

Demonstrativo de Investimentos - Plano Cenibra 2010



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2011

O presente documento visa estabelecer as diretrizes de investimento plurianual que a Valia adotará com foco para o ano de 2011, revisando as premissas adotadas nos cenários de médio e longo prazo da Fundação. Essas diretrizes têm

por referência o cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo (horizonte de 10 anos) e o ALM – *Asset Liability Management* (Gestão de Ativos e Passivos) revisado em novembro de 2009.

Premissas Macroeconômicas para 2011

Acredita-se que o ano de 2011 será de continuidade da recuperação das economias mundiais, cujo crescimento deverá se aproximar a média dos últimos anos, no entanto, com uma contribuição maior dos países emergentes neste crescimento. O cenário externo, aliado à manutenção de uma demanda interna aquecida, a evolução real de renda e a disponibilidade de crédito, criam um ambiente favorável à manutenção do crescimento da economia brasileira em 2011. O crescimento acentuado da demanda interna em 2010, combinado com a alta de preços de

serviços e *commodities*, vem pressionando a inflação. Para manter a inflação sob controle em 2011, esperam-se novas elevações da taxa básica de juros Selic. O Brasil deverá continuar a receber investimentos externos, que também poderão usufruir de oportunidades relacionadas à exploração do petróleo no pré-sal e à necessidade de maior infraestrutura para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Os investimentos externos no Brasil deverão manter a taxa de câmbio em níveis baixos, com leve apreciação no decorrer do ano.

As principais premissas assumidas na alocação dos ativos da Valia para o ano de 2011 são as seguintes:

Variável	Indicador	Premissa
Inflação	IGP-M	6,00%
Inflação	IPCA	5,50%
Taxa de Juros	SELIC (Média)	11,90%
Taxa de Juros	SELIC (Final de ano)	12,25%
Atividade Econômica	PIB	4,40%
Câmbio	R\$/US\$	1,79
Bolsa de Valores	Ibovespa*	17,0%

Fonte: Tendências Relatório de Dez/2010 e Valia (Ibovespa).

Os cenários macroeconômicos de curto e longo prazo para a economia brasileira, que fundamentam esta Política de Investimentos, têm como base os cenários macroeconômi-

cos elaborados pela Valia, pela Tendências Consultoria, pelo Focus-Bacen e pelas instituições financeiras. O cenário de longo prazo cobre um horizonte de 10 anos.

Macroalocação do Plano Cenibra

O Plano Cenibra é atualmente composto exclusivamente por Renda Fixa. A política de investimentos proposta para o plano considera a continuação de uma participação de 100% em Renda Fixa. A maior parte deste plano se manterá investida em títulos indexados ao IGP-M e IPCA, públicos e privados, mantendo-se um mínimo de alocação de 80% dos RGRT.

Segmentos	% RGRT			Modalidades	%RGRT Limite
	Alvo	Inferior	Superior		
Renda Fixa	100,0%	100%	100%	Títulos Públicos Federais	100,0%
				Debêntures e Créditos de Instituição Financeira	80,0%
				FIDC e FICFIDC	20,0%
				Notas Promissórias	20,0%
				CRI	20,0%
				NCE e CCE	5,0%
				CCI e CPR	5,0%
				CDCA e CRA e WA	0,0%

A meta de rentabilidade do segmento de Renda Fixa do Plano Cenibra é IGP-M + 6% a. a.

A rentabilidade esperada da alocação proposta para o ano de 2011 do Plano Cenibra está estimada em aproximadamente 14,1% no ano, diante do atuarial esperado – IGP-M + 6% a. a. – de 12,4% no mesmo período. Deste modo, com a alocação proposta, esperamos superar as obrigações do Plano.

O conjunto de todos os ativos de Renda Fixa, com exceção dos títulos da dívida pública mobiliária federal, deverá respeitar o limite de até 80% dos RGRT, incluindo aí debêntures, Letras Financeiras, CDBs, dentre outros.

Política para Seleção de Investimentos Responsáveis

Em março de 2007, a Valia aderiu de forma voluntária ao PRI - Princípios de Investimento Responsável da ONU. O PRI é um conjunto de normas e princípios (seis regras de conduta) que tem como objetivo integrar temas ambientais, sociais e de governança na tomada de decisão de investimentos e aperfeiçoar os retornos de longo-prazo. Com isso, as ações práticas e relações da Valia passaram a ser norteadas por um conjunto de normas e princípios, que garantam o cumprimento de sua missão institucional pautado pelo respeito aos valores sociais, à sustentabilidade ambiental e à governança corporativa.

Desta forma, foi criada uma metodologia de avaliação que foi aplicada às empresas com ações em mercado, abrangendo os temas em questão, de forma a garantir o atendimento aos Princípios do PRI.

Foi elaborado um questionário com 30 perguntas aplicadas às empresas com ações em mercado que abrangem temas

ambientais, sociais e de governança corporativa, sendo ele uma versão reduzida do questionário base utilizado pela BM&FBovespa para selecionar as empresas que irão compor o índice ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial).

O questionário foi elaborado de forma a beneficiar empresas que: (1) sejam listadas no Novo Mercado ou no Nível I ou no Nível 2; (2) publiquem com clareza e transparência o Balanço Social; (3) possuam políticas claras de não discriminação e políticas afirmativas com relação a mulheres, negros e portadores de deficiência; (4) declarem a não utilização de mão-de-obra infantil e de trabalho compulsório e exijam de seus fornecedores essas mesmas práticas; (5) sejam certificadas pela SA 8000 e possuam o selo “Empresa Amiga da Criança”, da Fundação Abrinq; (6) propiciam condições de igualdade de tratamento (salários, benefícios etc.) entre seus funcionários e os terceirizados; (7) possuam programas de prevenção de poluição, tratamento de resíduos, minimização de uso

de recursos naturais e programas de reciclagem; (8) possuam programas que objetivem gerar trabalho e renda para comunidades; (9) possuam programa consistente de investimentos sociais; (10) possuam código de ética estruturado e disseminado pela organização.

As perguntas são respondidas pelos analistas de Renda Variável por meio de informações públicas, ou seja, de livre acesso nos sites das empresas ou no site da CVM. Para cada empresa avaliada é conferida uma pontuação que nomeamos internamente como índice ESG.

A Valia buscará possuir em sua carteira de ações de mercado, preferencialmente, papéis de empresas que atendam pelo menos 70% das questões levantadas no questionário supra mencionado.

Vale ressaltar que as empresas que fazem parte dos índices DJSI ou ISE estão, automaticamente, aptas a serem investidas pela Fundação.

Para a Carteira de Investimentos Estruturados da Valia, será solicitado aos gestores que os Estatutos e Regulamentos contenham cláusulas que assegurem o atendimento aos princípios do PRI, através de compromissos ambientais, sociais e de governança.

Em relação à carteira imobiliária, haverá a manutenção de procedimentos já implantados nos condomínios dos edifícios, tais

como: coleta seletiva de resíduos; adoção de práticas para o uso consciente de recursos (água, energia e etc.); participação em comunidades e associações do entorno dos empreendimentos para a tratativa da sua utilização, segurança e preservação; e ainda, a atualização continuada dos Regulamentos Internos dos empreendimentos visando a adoção de práticas de responsabilidade sócio-ambiental, sustentabilidade e diversidade, extensivas a seus fornecedores.

Além destas práticas, serão avaliados os critérios para Certificação SGA (Sistema de Gestão Ambiental) dos empreendimentos que integram a Carteira. O projeto piloto está em andamento no Centro Empresarial Mourisco para posterior avaliação de aplicabilidade nos demais empreendimentos.

Os novos empreendimentos adquiridos, Continental Tower e Rio Office Tower, contam com pré-certificações ambientais *greenbuilding* AQUA e LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), respectivamente, conferindo a essas edificações comprometimento com a preservação do meio ambiente e atendimento aos princípios do PRI, critério que será mantido para as novas aquisições.

Quanto aos novos Fundos de Investimentos Imobiliários, bem como os FIP's que venham a ser avaliados pela Valia, também fará parte dos procedimentos de análise dar conhecimento dos princípios do PRI e solicitar que sejam incorporadas práticas compatíveis com os mesmos em seus Estatutos e Regulamentos.

Metodologia e Critérios para Avaliação de Risco

Risco de Mercado

A avaliação do risco de mercado das alocações em renda fixa, bem como a da(s) carteira(s) da Valia de forma geral, é feita por empresa de Consultoria especializada contratada. Esta empresa emite semanalmente relatório onde apresenta as maiores exposições aos fatores de risco, bem como aos títulos em si; calcula o VaR, inclusive as contribuições marginais; os fluxos dos ativos, apurando a "duration" de cada título e das carteiras; o diferencial da marcação a mercado (MtM) e marcação a curva de compra (HtM); além de elaborar análise de estresse e lista dos ratings de todas as emissões privadas

em qualquer um dos veículos de investimento utilizados pela Valia.

No caso dos Fundos cuja gestão é terceirizada, além desta análise semanal, está previsto no regulamento de cada um o controle ao risco de mercado. De forma geral, é utilizada a metodologia do VaR paramétrico com 95% de confiança para avaliar o risco de mercado incorrido pela Valia. Vale ressaltar, ainda, que o custodiante envia diariamente relatórios de risco específicos para os Fundos de Investimento de ren-

da fixa ou renda variável. Este relatório contém o VaR destes Fundos, as principais contribuições ao risco de mercado e suas contribuições marginais.

Para a avaliação e gestão do risco de mercado dos ativos de renda variável (carteira de ações em mercado), a Valia utiliza

Risco de Liquidez

Conforme descrito em tópico específico desta Política, a Valia gerencia seus ativos de forma a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro, entre estes ativos e o passivo atuarial e demais obrigações de seus planos de benefício utilizando para isso o modelo de ALM. Este modelo tem como principal idéia a gestão dinâmica dos investimentos, focando-se, primariamente, nos riscos de taxas de juros e na forma como estes riscos impactam os dois lados do balanço contábil, mas avalia também riscos de crédito, de liquidez e de volatilidade de margens de lucro.

Risco Sistêmico

A Valia possui contrato de serviço com a empresa Risk Office, especializada em sistemas de gestão de risco para mensuração do risco sistêmico, dentre outros. A empresa realiza semanalmente o chamado "Teste de Stress", cujo objetivo é avaliar o comportamento da carteira de investimentos da Fundação para grandes mudanças nas variáveis financeiras (como taxas, preços, etc), a partir da

Risco de Crédito

A metodologia de alocação em emissões bancárias baseia-se no conceito de exposição máxima, tendo como fonte de dados indicadores calculados pela Consultoria RiskBank. Esta consultoria, através de uma análise das Demonstrações Contábeis das Instituições Financeiras, avalia a capacidade de pagamento destas Instituições utilizando uma metodologia de "scoring", chegando a notas diferenciadas e crescentes na proporção da qualidade creditícia.

A Valia possui como política alocar recursos em Instituições Financeiras cujo porte seja classificado como Gran-

metodologia desenvolvida pela empresa MSCI Barra. Esta metodologia permite acompanhar e gerir as carteiras de renda variável focando na sua aderência ao índice de referência (*Tracking-error*). Através deste modelo, também é possível avaliar o valor em risco, ou VaR, pelo modelo paramétrico com nível de confiança de 95%.

As carteiras ótimas geradas pelo modelo obedecem a duas regras de suma importância para a mitigação de riscos:

- Durante o período da janela foco da simulação não pode haver fluxo de caixa negativo, ou seja, o Plano não pode ficar ilíquido em período algum;
- O modelo minimiza a probabilidade de ocorrência de insolvência, ou seja, de que o valor presente do Ativo seja menor do que o valor presente do Passivo em qualquer dos anos.

especificação subjetiva de cenários caóticos. O referido cenário de estresse utilizado é divulgado pelo Comitê de Risco da BM&FBovespa. Esse comitê traça vários cenários e estima o risco de mercado para todos os cenários, escolhendo o pior caso, isto é, aquele associado à maior perda potencial para o participante, como base para a chamada de margem de garantia.

des Bancos. Em números, isto significa Ativos Totais superiores a R\$ 20 bilhões.

Quanto à alocação em ativos emitidos por Instituição não financeira, a Valia adota como premissa investir em ativos classificados como baixo risco de crédito, objetivando uma gestão de investimentos conservadora em relação à exposição ao crédito privado, seguindo critérios rígidos, estabelecidos pelos comitês da Valia, assim como a utilização de agências classificadoras de risco de crédito e avaliação interna da capacidade de pagamento pela equipe de análise da Fundação.

Quadro de Estrutura de Classificação de Rating Local

Longo Prazo

GRAU DE INVESTIMENTO		
S&P	MOODY'S	FITCH
AAA	Aaa	AAA
AA+	Aa1	AA+
AA	Aa2	AA
AA-	Aa3	AA-
A+	A1	A+
A	A2	A
A-	A3	A-
BBB+	Baa1	BBB+
BBB	Baa2	BBB
BBB-	Baa3	BBB-

INVESTIMENTO ESPECULATIVO

S&P	MOODY'S	FITCH
BB+	Ba1	BB+
BB	Ba2	BB
BB-	Ba3	BB-
B+	B1	B+
B	B2	B
B-	B3	B-
CCC	Caa	CCC
CCC	Ca	CC
CCC	C	C
D		D

Médio Risco de Crédito

Melhora na Classificação de Risco



Piora na Classificação de Risco



Abaixo destacamos os limites de alocação e de concentração por emissor:

Limites de Alocação por Emissor		
Segmento	Tipo Emissor	Limite % RGRT
Renda Fixa	Instituição Financeira	20%
	Instituição não financeira	10%
	Cia Securitizadora	10%
	FIDC	10%
Renda Variável	SPE	10%
Investimentos Estruturados	FIP e FII	10%
	Patrocinador do Plano	10%

Limites de Concentração por Emissor	
Capital Total de uma mesma S.A. ou SPE	25%
Capital Votante de uma mesma S.A.	25%
PL de uma mesma Inst. Financeira	25%
PL de um mesmo Fundo de Índices	25%
PL de um mesmo FIP ou FII	25%
PL separado das emissões de CRI	25%
PL de um mesmo Fundo Off-Shore	25%

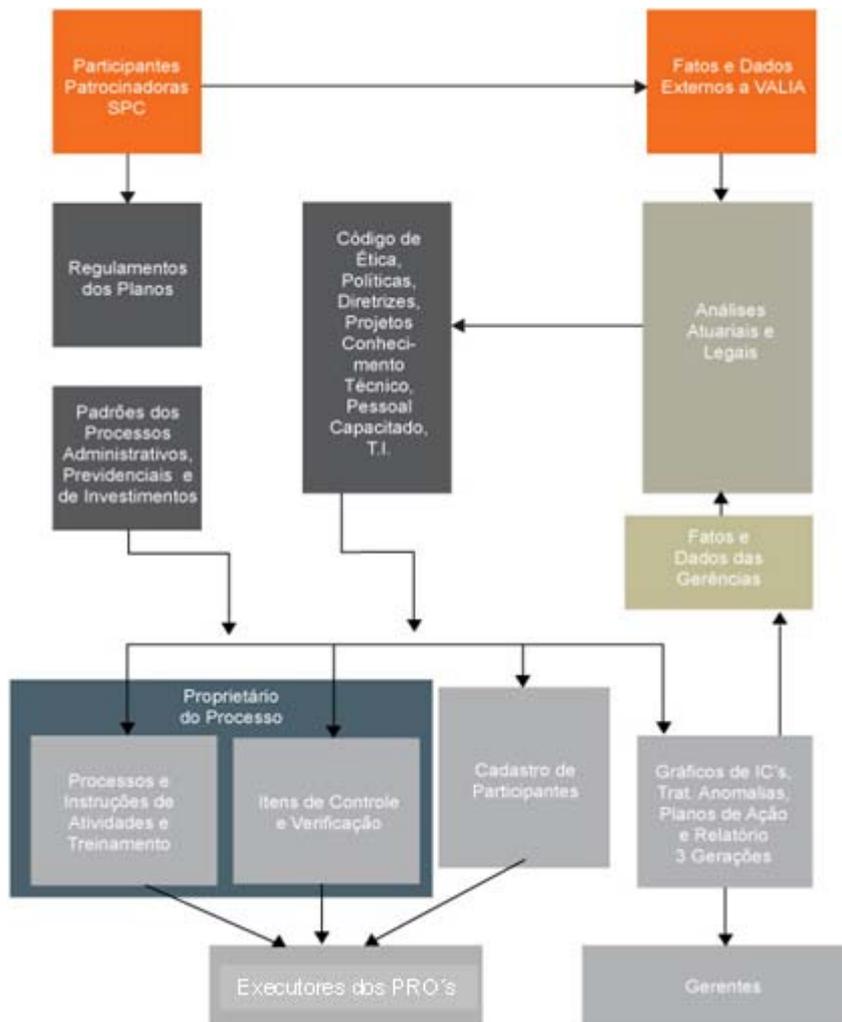
Limites de Concentração por Investimento	
Mesma série de Títulos ou Valores Mobiliários	25%
Mesma classe	25%
Mesma série de cotas de FIDC	25%
Mesmo empreendimento Imobiliário	25%

Risco Operacional

A Valia possui um Sistema de Gestão baseado no mapeamento de todos seus processos, na definição de indicadores de desempenho e na implementação do gerenciamento pelas diretrizes. As atividades de controle estão sob a responsabilidade dos gestores (gerenciamento funcional) e da área

de controles internos (gerenciamento interfuncional - *Compliance*). Adicionalmente, contratamos junto ao Custodiante o serviço de *Compliance* Ativo, visando reforçar o controle de enquadramento dos investimentos perante a legislação e esta Política de Investimentos.

Sistema de Gestão VALIA



A Valia implementou seu sistema de Gestão da Qualidade com base no método PDCA (Plan/ Do/ Check/ Action) nos horizontes de longo, médio e curto prazos, através da execução do Planejamento Estratégico, Gerenciamento pelas Diretrizes e Gerenciamento da Rotina, respectivamente. Vale ressaltar que este sistema é certificado de acordo com a Norma ABNT-ISO: 9001/2008.

No que diz respeito ao enquadramento na legislação vigente, a Valia possui um sistema de acompanhamento das obrigações legais denominado "Cronograma de Obrigações", no qual cada responsável pela obrigação declara que cumpriu o requisito legal (*Control Self Assessment - CSA*), e a área de

controle interno da Fundação verifica, por amostragem, a evidência do cumprimento.

Em complemento, foi implementado pela Valia um processo de gerenciamento do Risco Operacional utilizando a metodologia de mensuração de perda esperada que calcula a distribuição de perdas, de acordo com a estimativa de frequência e severidade de um evento. Tal processo utiliza procedimentos numéricos (simulação de Monte Carlo - SMC) com o objetivo de estabelecer a *Loss Distribution Approach (LDA)*. Os riscos são classificados de acordo com uma adaptação dos conceitos de Basiléia II, segundo as seguintes categorias:



O controle dos riscos é realizado pelos próprios gestores utilizando-se de acompanhamentos dos planos de ação de mitigação. O monitoramento é realizado pela Assessoria de Controle Interno

e Gestão de Risco Operacional (ASCIS) que realiza diagnósticos de controles internos nos processos avaliando o impacto destes riscos reportando para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Risco Legal

O risco legal consiste em conceito amplo, representado como medida da incerteza relativa à regulação (riscos externos) e aos riscos operacionais (internos), com reflexos nos contratos, ações judiciais, tributação, entre outros aspectos, podendo influenciar de forma mais ampla a própria estratégia do negócio. No âmbito externo, como metodologia de mitigação de riscos, podemos citar a análise e o acompanhamento permanente da evolução do cenário legal e a sua divulgação no âmbito da instituição, de modo a subsidiar os planos de ação administrativos, consideradas as repercussões das alterações normativas. No âmbito interno, no que tange às ações judiciais, o monitoramento adequado por meio de relatórios periódicos para auditoria e Diretoria, contemplando as análises dos advogados sobre as probabilidades de êxito (remota, provável ou possível) são recomendáveis, objetivando subsidiar a decisão administrativa quanto aos provisionamentos. No âmbito contratual, tributário e de processos decisórios, a adoção sistemática de prévias análises jurídicas por meio de pareceres técnicos, consiste em elemento mitigador de risco recomendável. Tais práticas já são adotadas pela Valia.

Política de Uso de Derivativos

A Valia poderá utilizar instrumentos derivativos em suas diversas carteiras do segmento de Renda Fixa e Renda Variável, mediante avaliação prévia dos riscos envolvidos e registro das operações em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, com o objetivo de proteger seus investimentos, reduzindo sua exposição ao risco de mercado. Além disso, poderá ser utilizado derivativo para assumir posições direcionais em renda fixa, observados os limites e condições abaixo:

O depósito de margem estará limitado a 15% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada

O gerenciamento do risco legal pressupõe uma abordagem qualitativa, identificando e analisando riscos, avaliando controles, com o objetivo de reduzir as perdas e uma abordagem quantitativa visando mensurar o risco legal para efeito de gestão. Na metodologia, a identificação de riscos legais pressupõe a análise dos riscos potenciais (internos e externos), que poderão impactar nos objetivos da Valia. Na avaliação e mensuração dos riscos legais identificados, considerando as análises quantitativas e qualitativas referidas, formam-se subsídios para a tomada de decisão, estratégias de controle, mitigação e planos de ação. No monitoramento do risco legal são adotadas sistemáticas execuções de processo de vigilância e acompanhamento, com o objetivo de verificar se as práticas e os processos existentes e mapeados estão aderentes aos regulamentos internos e à legislação. Neste contexto, se faz a atuação da área de compliance, além da atuação jurídica demandada. No controle e mitigação dos riscos operacionais são implementadas ações, que tratam da execução de planos e medidas de correção e adequação, quando verificados desvios das práticas e processos em relação ao arcabouço normativo e organizacional, consistindo na adoção de estratégias de melhoria dos processos, com ênfase naqueles cujo impacto financeiro seja relevante à instituição.

plano ou fundo de investimento. Além disso, o valor total dos prêmios de opções pagos estará limitado a 5% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Nas carteiras de Renda Fixa e Renda Variável terceirizadas poderão ser utilizados instrumentos derivativos, sem que gere alavancagem ao fundo e desde que o gestor/administrador cumpra os limites de exposição acima citados e, ainda, se comprometa em regulamento em prestar informações periódicas sobre essas operações, incluindo a descrição da estratégia de alocação, o resultado das operações, dentre outras.

Metodologia ou Fontes de Referência Adotadas para Apreçamento dos Ativos Financeiros**Precificação de Ativos do Segmento de Renda Fixa**

Dentre os processos elaborados e seguidos pela Valia está o de apuração do valor de mercado ou do intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos financeiros de renda fixa. Existe uma Instrução que descreve o procedimento a ser adotado quando da negociação de um ativo de renda fixa no mercado de balcão de forma a manter aderentes ao mercado os preços negociados pela Valia. São consultadas algumas fontes públicas de informação, de notório reconhecimento e ampla utilização pelo mercado, tais como Anbima, COMPARE-Anbima, Bloomberg e CETIP-Net. A intenção

é assegurar, no mínimo, que os preços apurados são consistentes com os preços de mercado vigentes à época da negociação, sendo que para os casos que, porventura, isso não seja possível, a Valia deverá seguir de forma integral o que prevê a legislação vigente.

Em caso de problemas nas fontes supracitadas utilizaremos de forma complementar, qual seja a consulta telefônica gravada a pelo menos 3 (três) instituições para que se forme o intervalo referencial de compra ou venda como caso anterior.

RESUMO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

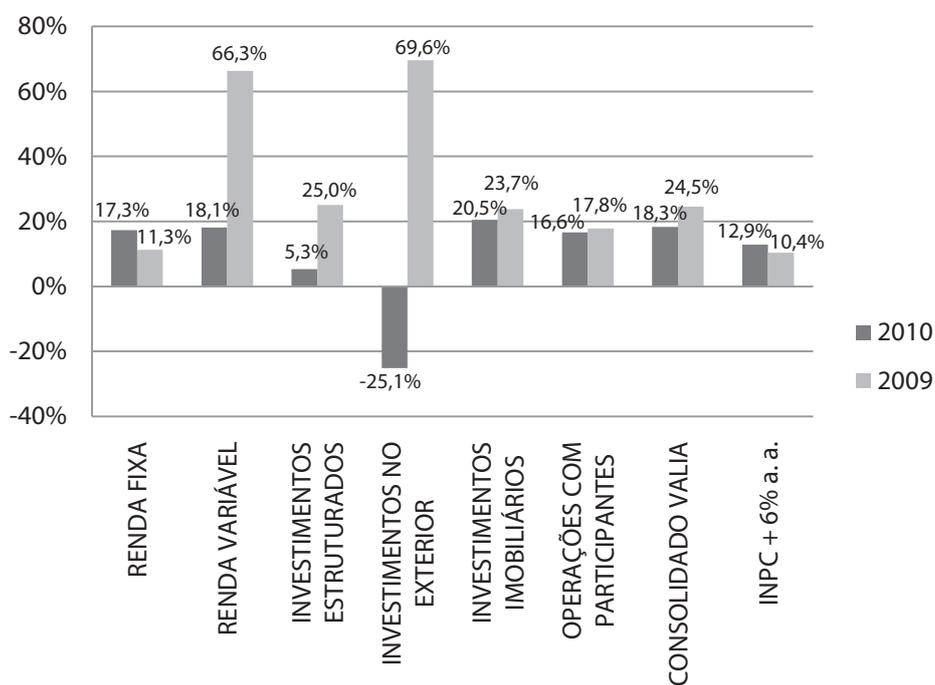
RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2010			DEZEMBRO DE 2009		
	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	13.560.164.488	100	2.119.696.634	11.867.345.970	100	911.028.126
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	2.697.524	0,0	-	2.485.169	0,0	-
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	8.366.052.159	61,7	1.252.521.978	7.329.210.075	61,8	761.941.432
CDB/LFS	501.063.438	3,7	63.933.789	415.403.358	3,5	39.392.645
DEBÊNTURES	464.056.687	3,4	51.833.234	273.855.212	2,3	27.950.518
FUNDOS RF	3.945.882.529	29,1	592.809.705	3.779.083.454	31,8	375.565.849
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	3.455.049.505	25,5	543.945.250	2.860.868.050	24,1	319.032.420
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	3.691.356.860	27,2	603.881.164	3.363.565.282	28,3	
AÇÕES	2.666.400.354	19,7	459.251.986	2.330.226.228	19,6	
FUNDOS RV	1.024.956.506	7,6	144.629.178	1.033.339.054	8,7	
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	269.794.969	2,0	10.492.851	180.557.659	1,5	
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	236.705.288	1,7	7.439.373	147.794.865	1,2	
FUNDO IMOBILIÁRIO	33.089.680	0,2	3.053.478	32.762.794	0,3	
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	44.687.243	0,3	(19.316.570)	79.796.640	0,7	
AÇÕES	44.687.243	0,3	(19.316.570)	79.796.640	0,7	
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	500.023.688	3,7	81.582.417	405.796.419	3,4	80.447.911
IMÓVEIS	500.023.688	3,7	81.582.417	405.796.419	3,4	80.447.911
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	569.402.872	4,2	70.817.654	512.236.778	4,3	68.638.782
EMPRÉSTIMOS	499.763.043	3,7	71.010.730	375.734.158	3,2	52.780.729
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	69.639.829	0,5	(193.076)	136.502.620	1,2	15.858.053
H - OUTROS REALIZÁVEIS	119.717.139	0,9	119.717.139			
OFND	119.717.139	0,9	119.717.139			
I - INVESTIMENTOS A PAGAR	(3.567.964)	(0,0)		(6.302.051)	(0,1)	

Nota: As informações contidas neste relatório, em ambos os exercícios, estão assim dispostas visando adequar-se à nova classificação por segmento de investimento, determinada pela Res. CMN 3792 de 24/09/2009.

Nota II: Os valores referentes ao RESULTADO dos segmentos "INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL, INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS e INVESTIMENTOS NO EXTERIOR", foram suprimidos por não haver em 2009 informação por ativo.

COMPARATIVO DA RENTABILIDADE - 2010 x 2009 CONSOLIDADO

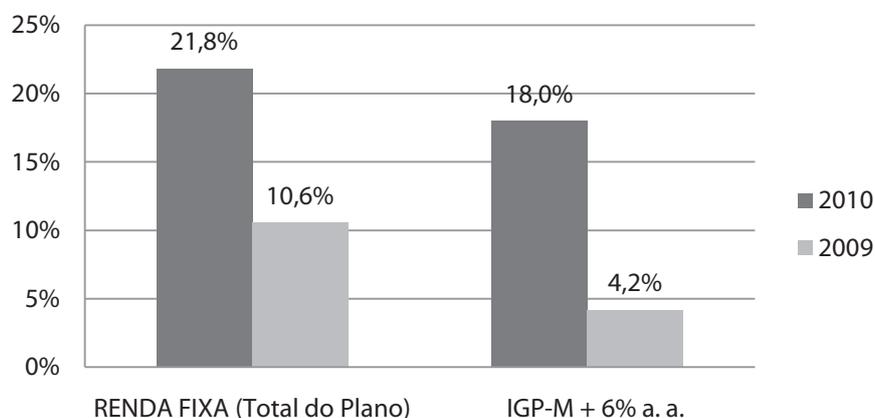


RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO CENIBRA

	DEZEMBRO DE 2010			DEZEMBRO DE 2009		
	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	15.900.205	100	2.934.207	14.317.076	100	1.403.514
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	22	0,0		622	0,0	
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	15.900.183	100	2.934.207	14.316.673	100	1.403.514
CDB/LFS	2.614.848	16,4	261.261	1.353.587	9,5	75.557
FUNDOS RF	13.285.335	83,6	2.672.947	12.963.086	90,5	1.327.957
C - INVESTIMENTOS A PAGAR				(218)	(0,0)	

COMPARATIVO DA RENTABILIDADE - 2010 x 2009



MONTANTE DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA) – CENIBRA

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA - CONSOLIDADO

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2010		
	VALOR APLICADO	% SOBRE OS RGRT	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	13.560.164.488	6,67	
FUNDOS RF / GESTOR	438.899.057	3,24	48,53
BB Milenio VIII / BB DTVM	118.307.705	0,87	13,08
Mining / BRAM	106.474.886	0,79	11,77
Aldebaran / UBS Pactual Asset	94.694.287	0,70	10,47
E FIM / Santander Asset	65.803.662	0,49	7,28
Onix / Banco Safra	53.618.517	0,40	5,93
FUNDOS RV / GESTOR	432.402.246	3,19	47,81
Rauta FIA / Dynamo VC	125.772.137	0,93	13,91
Infra Brasil FIP / Banco Santander Brasil SA	70.038.927	0,52	7,74
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos	71.744.450	0,53	7,93
Ibovespa Value / Bradesco Asset	69.718.052	0,51	7,71
FIP Brasil de Governança Corporativa / BR Educacional Gestora de Recursos SA	34.059.178	0,25	3,77
FIP Governança e Gestão II / Governança e Gestão Investimentos Ltda	17.128.943	0,13	1,89
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos Ltda	14.548.498	0,11	1,61
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / TCG Gestor Ltda	10.472.169	0,08	1,16
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	12.222.479	0,09	1,35
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	3.185.750	0,02	0,35
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos Ltda	2.682.610	0,02	0,30
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda	622.285	0,00	0,07
Patrimônio Private Equity / Patria	206.768	0,00	0,02
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR	33.089.680	0,24	3,66
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Banco Brascan SA	33.089.680	0,24	3,66
TOTAL TERCEIRIZADO	904.390.983		100

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA - CENIBRA

O PLANO CENIBRA NÃO POSSUI INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

PARECER ATUARIAL CENIBRA



VMC CONSULTORIA ATUARIAL

CT-0020/2011

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2011.

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2010, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

CENIBRA

		Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos _____	R\$	10.269.562,91
- Contribuição Definida _____	R\$	0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos _____	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização _____	R\$	10.269.562,91
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos _____	R\$	8.994.144,97
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos _____	R\$	1.275.417,94
- Benefícios a Conceder _____	R\$	0,00
- Contribuição Definida _____	R\$	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es) _____	R\$	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Participantes _____	R\$	0,00
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado_	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados _____	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores _____	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes _____	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado _____	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados _____	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores _____	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes _____	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura _____	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples _____	R\$	0,00



VMC CONSULTORIA ATUARIAL

- Provisões Matemáticas a Constituir _____	R\$	0,00
- Serviço Passado _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Déficit Equacionado _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Assistidos _____	R\$	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Assistidos _____	R\$	0,00
- Total das Provisões Matemáticas _____	R\$	10.269.562,91
- Fundo Previdencial _____	R\$	3.065.480,15
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar _____	R\$	0,00
- Revisão de Plano _____	R\$	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial _____	R\$	3.065.480,15

Os valores foram obtidos mediante atualização do apurado na reavaliação realizada em 31/10/2010 de acordo com a variação do IGP-M.

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de "Benefício Definido", poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação das hipóteses, isto é, mortalidade, rentabilidade incompatível com a esperada ou composição familiar.

A avaliação atuarial abrangeu:

- 35 participantes assistidos e 3 grupos de beneficiários de pensão.

Foram adotadas as seguintes premissas e hipóteses indicadas pelo Patrocinador e pela Entidade, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico:

- Taxa Real Anual de Juros: 6%a.a.

Justificativa: É factível o atingimento da meta atuarial no seu nível atual, a partir de política de investimentos que englobe os seguimentos de renda fixa e variável.

- Indexador: IGP-M

Justificativa: Corresponde ao indexador previsto no Regulamento do Plano de Benefícios.



VMC CONSULTORIA ATUARIAL

- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: Não Aplicável
Justificativa: O critério *fixado no Regulamento do Plano prevê somente a atualização de valores.*
 - Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade: 1
Justificativa: Percentual definido *considerando as características da massa de participantes e os atuais níveis inflacionários.*
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT-1983(MALE) desagravada em 10 anos
Justificativa: Considerando as *características da massa de participantes, optou-se por manter a adoção de tábua mais conservadora e continuar promovendo o acompanhamento das ocorrências.*
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-1983(MALE) desagravada em 10 anos
Justificativa: Considerando as *características da massa de participantes e a alteração que vem sendo observada na característica dos participantes em gozo de complementação de aposentadoria por invalidez, optou-se por manter a adoção de tábua mais conservadora e continuar promovendo o acompanhamento das ocorrências.*
 - Hipóteses sobre Composição da Família de Pensionistas: Dados do participante
Justificativa: Optou-se *por manter o critério que vem sendo adotado e, paralelamente, promover periodicamente a revisão do cadastro dos participantes.*
- As demais hipóteses são desnecessárias em função de não haver participantes em atividade.

Foram mantidas as hipóteses e método formulados na reavaliação atuarial do exercício anterior.

Na avaliação atuarial observamos os seguintes regimes financeiros: Capitalização (método agregado) para as suplementações/renda de aposentadorias em geral e pensões.

Considerando o Patrimônio Líquido informado pela VALIA de R\$ 12.816.862,46, constatamos que o Plano está superavitário;

Esclarecemos que não fizemos qualquer análise relativamente ao Ativo Líquido do Plano;

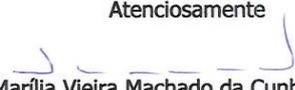


VMC CONSULTORIA ATUARIAL

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 1/2010.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários,

Atenciosamente


Marília Vieira Machado da Cunha Castro
Atuária MIBA 351

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acumulado - dezembro 2010

DESCRIÇÃO	PGA - CENIBRA		
	Previdencial	Investimentos	Total Cenibra
Despesas Administrativas (A+B+C)	4.812	5.091	9.921
Despesas Comuns (A)	3.735	2.091	5.826
Pessoal e Encargos	1.755	1.184	2.939
Treinamentos	37		37
Viagens e Estadias	92	22	114
Serviços de Terceiros	1.038	267	1.305
Despesas Gerais	575	618	1.193
Depreciações e Amortizações	233		233
Outras despesas	5		5
Despesas Específicas (B)	1.077	3.000	4.077
Contingências (C)			18

Acumulado - dezembro 2010

DESCRIÇÃO	PGA - CONSOLIDADO		
	Previdencial	Investimentos	Total Geral
Despesas Administrativas (A+B+C)	27.984.509	14.180.232	42.281.667
Despesas Comuns (A)	24.781.468	12.816.402	37.597.870
Pessoal e Encargos	11.620.906	7.841.925	19.462.831
Treinamentos	245.311	-	245.311
Viagens e Estadias	628.650	144.892	773.542
Serviços de Terceiros	6.845.838	1.769.807	8.615.645
Despesas Gerais	3.881.204	3.059.778	6.940.982
Depreciações e Amortizações	1.528.567	-	1.528.567
Outras Despesas	30.992	-	30.992
Despesas Específicas (B)	3.203.041	1.363.830	4.566.871
Contingências (C)			116.926

PARECER DO CONSELHO FISCAL E CONSELHO DELIBERATIVO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, concluiu, com base na carta relatório dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 23 de fevereiro de 2011, que as referidas

demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Fundação, manifestando-se pela sua aprovação.

No entanto, o parecer dos auditores independentes só será emitido em seu formato final, após a divulgação do modelo pelo Instituto de Auditores Independentes – IBRACON que será utilizado para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011.



RUZÉVEL RUDEX CABRAL DE OLIVEIRA
Presidente



ARMANDO JANEIRO AMARAL
Titular



GERALDO MAGELA MELO SOBRINHO
Titular



RAFAEL GRASSI PINTO FERREIRA
Titular



CLAUDIA CASTILHO MONTEIRO
Suplente

CONSELHO DELIBERATIVO**DELIBERAÇÃO – Nº 01/2011**

O Conselho Deliberativo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e considerando:

1- O relatório de atividades, balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do fluxo financeiro e notas explicativas às demonstrações contábeis, relativos ao exercício findo em 31/12/2010, apresentados pela Diretoria Executiva da Entidade;

2- O parecer favorável da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes;

3- O parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 23 de fevereiro de 2011;

Delibera por unanimidade,

Aprovar a citada documentação relativa ao exercício de 2010.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011.



MARCUS VINICIUS DIAS SEVERINI

Presidente